

GT 32 – Trabalho precarizado e a pandemia Covid-19

Coordenadoras: Profa. Dra. Ediméia Maria Ribeiro de Mello (Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária); Profa. Dra. Lucília Machado (UFMG)

Ementa: A pandemia Covid-19 chegou ao Brasil em meados de fevereiro de 2020 e trouxe grandes impactos sobre os trabalhadores dos setores produtivos mais atingidos pelas medidas de isolamento social, assim como sobre os trabalhadores informais, nesta época de prevalência das políticas neoliberais. Os primeiros encontram-se ameaçados pelas reduções das atividades e consequente redução da renda e desemprego, frente a uma realidade de perda de direitos legais nas relações trabalhistas. Os trabalhadores informais (cerca de 38,3 milhões de pessoas, segundo o IBGE) padecem por terem suas fontes de sobrevivência reduzidas, senão eliminadas, pois a realização de sua demanda, muitas vezes, depende da aproximação física dos clientes e/ou fornecedores. A esses trabalhadores, em sua maioria, destituídos de reservas para o enfrentamento de crises, restam as opções de exposição ao contágio ou de privação de necessidades indispensáveis. Aos desempregados, minimamente contemplados pela legislação trabalhista, as opções incluem adesão ao grupo da informalidade ou acolhimento por redes de solidariedade, num momento em que essas podem estar sujeitas aos mesmos problemas. Este GT propõe-se a debater as implicações da pandemia e suas associações com a grave crise econômica do capitalismo atual para, particularmente, esses dois grupos de trabalhadores. Propõe-se a estimular a reflexão sobre formas de enfrentamento dessa difícil conjuntura com destaque para as políticas públicas (de saúde, trabalho, renda e educação), dos pontos de vistas de suas capacidades qualitativas e quantitativas de salvaguardá-los efetivamente. Assim, o objetivo é contribuir com análises e diagnósticos sobre o panorama adverso sem precedentes na sociedade brasileira, bem como sugestões e justificativas para o aprimoramento da política pública que venha ao encontro das populações mais vulneráveis em situação de crise.

Apresentação Oral

Geanice Raimunda Baia Cruz; Maria Sulei Corrêa dos Prazeres
A EAD e uso das tecnologias digitais em tempos de Pandemia da COVID-19 como acesso ao processo de ensino aprendizagem

Tiago Fávero de Oliveira
Pandemia, neoliberalismo e mercantilização da educação pública na ditadura do capital: o risco dos Institutos Federais

A EAD E USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID -19 COMO ACESSO AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.

doi: 10.47930/1980-685X.2020.3201

CRUZ, Geanice Raimunda Baia ¹ – geanice@bol.com.br
Universidade Federal do Pará – UFPA/ Campus Cametá-PA
Travessa Padre Antônio Franco, 459, Brasília
68.400 – Cametá – Pará – Brasil

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos ²- suelicorrea@ufpa.br
Universidade Federal do Pará – UFPA/ Campus Cametá-PA
Avenida Inácio Moura, 573, Estrada da Aldeia
68.400-000 – Cametá – Pará – Brasil

***Resumo:** O presente artigo é resultado das discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa tecnologias digitais no contexto educacional amazônico. E que, diante da pandemia do Coronavírus, houve a necessidade de investigar como alunos e professores estavam mediando o ensino remoto em uma instituição educacional. As reflexões baseiam-se nos entendimentos teóricos e práticos dos autores: Kenski (2010), Mill e Pimentel (2013) e Belloni (2010). As análises apresentadas advêm dos dados coletados com professores coordenadores, alunos e pais, que utilizaram as tecnologias digitais, disponibilizadas pela escola no período da quarentena. Os resultados apontam que apesar do reconhecimento de que as tecnologias digitais contribuem com as práticas pedagógicas em EaD, no entanto, fatores relacionados a ausência de infraestrutura adequada bem como formação pedagógica e instrumentos tecnológicos insuficientes, caracterizam-se como obstáculos à articulação das tecnologias com as práticas que favoreçam o processo ensino aprendizagem na escola em questão.*

***Palavras-chave:** Ensino a distância, tecnologias digitais, processo ensino e aprendizagem.*

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/Cametá/UFPA). Especialista em Gestão em EAD (UFF-RJ). Especialista em Educação Ambiental (UFPA). Graduação em Licenciatura Pedagogia (UFPA). Coordenadora Pedagógica e professora da Educação Básica - Cametá-PA e membro do grupo de estudos e pesquisas “Tecnologias Digitais no contexto Educacional Amazônico- Campus Cametá-UFPA/Pa.

² Professora Doutora| permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura PPGEDUC/ Cametá/UFPA e da Faculdade de Educação- Campus Cametá/UFPA. Professora coordenadora do grupo de estudos e pesquisas “Tecnologias Digitais no contexto Educacional Amazônico- Campus Cametá- UFPA/Pa.

1 INTRODUÇÃO

O cenário desafiador no campo educacional, que se apresenta para todos neste tempo de pandemia, possibilitou-nos a elaboração deste artigo. Soma-se a isso nosso interesse particular pelo tema, objeto de estudo do grupo de pesquisa “Tecnologias Digitais no Contexto Educacional Amazônico”, da Universidade Federal do Pará.

Nas páginas que se seguem, buscamos proporcionar uma discussão e reflexão sobre o uso da Educação a Distância, através das tecnologias digitais, no processo ensino aprendizagem, mas a partir de um novo formato e entendimento de sua utilização no contexto escolar.

Aspectos como planejamento, organização pedagógica, adaptação de ambientes de aprendizagem, processos avaliativos para a proposição do ensino remoto (EaD), serão considerados, uma vez que aliada a falta de mobilidade física das pessoas, por conta do isolamento social, possa ser agregada ao “estar junto virtual”, numa perspectiva de “proximidade”, em que as tecnologias digitais tenham um papel decisivo nesse processo de ensinar e do aprender.

Na sequência do texto, sob a ótica, dos professores, coordenadores, pais e alunos, destacamos o objetivo geral deste estudo, a partir das reflexões sobre os desafios, dificuldades e avanços sentidos/vividos por estes sujeitos quanto a utilização das tecnologias digitais no processo educativo, como: grupos de *Whatsapp* e plataforma de apoio aos estudos.

E mais especificamente, buscamos levantar informações sobre a utilização de estratégias de ensino que envolveram a comunicação, a colaboração e interação dentro dos ambientes virtuais de aprendizagem utilizados pelos professores e alunos.

A priori, a pesquisa indica que apesar das vantagens apontadas na pesquisa, para o estudo através da EaD, ainda há muita resistência por parte de pais e professores quanto a realização dos estudos através das tecnologias digitais, devido as dificuldades de manuseio correto das tecnologias digitais e também pela sobrecarga de trabalho, uma vez que sobre estes, recaem as principais responsabilidades com o sucesso ou não do aprendizado dos estudantes.

Por sua vez, para os alunos, o estudo por meio desses instrumentos se mostra benéfico, pois já apresentam habilidades necessárias para o domínio destas ferramentas, cabendo a cada um se organizar e se dedicar aos estudos de forma autônoma, uma vez que, os professores estão assumindo o direcionamento de todas as atividades escolares sugeridas. Pela sequência

didática apresentada pelos professores, fica evidente, para estes, que o professor buscou se planejar como nas aulas presenciais, através das vídeo-aulas e que a interação foi constantemente exercitada, tanto nos grupos de *Whatsapp* quanto na plataforma de apoio aos estudos.

Os resultados das incertezas de quem terá a razão, não temos como assegurar no momento, afinal como pensar em qualidade total, se o mundo está num redemoinho em que a vida e a educação não estão sendo reconhecidas como prioridade nas políticas públicas de governo a nível municipal, estadual e federal?

2 CAMINHOS PERCORRIDOS

Optar por um caminho é definir os rumos que se quer para uma determinada ação. A metodologia de um trabalho, é tão reveladora do como será a pesquisa quanto os resultados alcançados. Portanto, ela se constitui em uma constante aprendizagem e reflexão: não apenas a pesquisa é pensada, mas como fazê-la e como superar os percalços que novos entendimentos e questionamentos se fazem presentes no decorrer da caminhada.

Nesse sentido, para a elaboração deste artigo, nestes tempos de pandemia, em que tudo fazemos está sendo de forma virtual, iniciamos com um estudo bibliográfico, recorrendo as leituras de teóricos que discutem a temática da EaD, das tecnologias digitais e sua aplicabilidade no processo de ensinar e aprender, como: Kenski (2010), Mill e Pimentel (2013) e Belloni (2010).

Para esta pesquisa utilizamos o método qualitativo para coletar informações sobre o uso das tecnologias digitais no processo educativo na referida escola. Segundo Goldenberg (2004), métodos qualitativos não produzem generalizações: valorizam aspectos subjetivos e particularidades do fenômeno estudado para o grupo pesquisado. Funcionam como “um mergulho em profundidade dentro de um grupo ‘bom para pensar’ questões relevantes para o tema estudado” (GOLDENBERG, 2004, p. 50).

Logo após, fizemos a investigação, que se caracteriza por um estudo descritivo exploratório. Como sujeitos da pesquisa, foram selecionados 02 coordenadores pedagógicos, 05 professores e 05 alunos que estão em atividade de ensino remoto, enfrentando as dificuldades e os

desafios para realizar o ensino nas plataformas digitais na escola. Além de 03 pais que estão acompanhando efetivamente os estudos dos filhos pelos canais utilizados pela instituição.

Para tanto, foi elaborado e encaminhado por e-mail e pelo *Whatsapp*, um questionário semiestruturado, com questões subjetivas para reflexão e análise individual sobre o ensino por meio das tecnologias digitais em tempos de pandemia, em consequência da Covid – 19.

O estabelecimento de categorias para análise precedeu a triangulação e interpretação dos resultados - respeitando a capacidade de reflexão dos participantes (THIOLLENT, 1980), a fim de obter hipóteses a partir das análises apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

3 A EAD NO CENÁRIO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19.

Os desafios atuais enfrentados pela educação, devido a pandemia em consequência da Covid-19, evidenciaram a necessidade de se expandir a EaD para os sistemas escolares, como uma das alternativas para a formação de um considerado contingente de alunos nos mais variados níveis de ensino.

Muito embora, antigamente a EaD,

Não constitui uma novidade como modalidade de ensino, uma vez que se encontra consolidada em diferentes partes do mundo com o intuito de suprir carências e substituir a educação formal para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar do sistema regular de ensino (MILL E PIMENTEL, 2013, p.89).

Sendo que no Brasil,

A EaD se manteve, por muito tempo, restrita a cursos profissionalizantes e supletivos situados à margem do ensino formal, inclusive para o ensino superior, como uma das alternativas para a formação de grande contingente de brasileiros situados em distintos contextos e regiões, em especial, daqueles que vivem e trabalham distantes dos grandes centros e instituições formadoras” (MILL E PIMENTEL, 2013, p. 90)

Com as mudanças temporais e conceituais citadas acima, destaca-se uma nova visão do ensino a distância, pois de acordo com a promulgação da LDB, de N° 9394/96, a EaD passou a ser considerada como uma modalidade de ensino de distintos níveis e áreas de conhecimento, o que impulsionou a “democratização do acesso à educação por meio de distintas mídias com suporte em diferentes tecnologias” (MILL E PIMENTEL, 2013, p. 90)

Nos dias atuais, pode-se entender que o mercado do ensino pela EaD, expandiu de forma massiva e se manifesta super favorável para suprir esta necessidade imediata das instituições educacionais. No entanto, o desafio da educação de um modo geral, e em particular da EaD, está em criar condições para que, além da transmissão, o processo de construção de conhecimento também ocorra (VALENTE, 2010).

Esse argumento do autor, nos leva ao entendimento de que a interação e a troca de conhecimentos estabelecida entre o professor e os alunos através das tecnologias mediáticas, se constitui como fator fundamental para a compreensão do que se está fazendo e para a construção do conhecimento. Corrobora com este pensamento, Almeida (2006), quando nos indica que,

Um sistema de EaD, pode integrar diferentes mídias e tecnologias para atender ao desenvolvimento de distintas metodologias de acordo com as políticas, necessidades e possibilidade das organizações e as condições de acesso e uso pelos alunos e professores, tendo em vista potencializar a aprendizagem e ao alcance dos objetivos. (p.93)

Diante dessa realidade da inserção da EaD e dos cuidados por dentro do processo educacional, o que importa de fato, é a atenção dada às especificidades de cada proposta pedagógica em termos de atendimento pedagógico, organização curricular, formas de interação nos ambientes de aprendizagem, maneiras de avaliar, tudo isso, adequado as diferentes necessidades institucionais existentes.

É inegável, que muitas escolas, defendem a continuidade das atividades escolares pelos moldes da EaD, como forma de garantir, em parte, "a normalidade" nesses tempos de pandemia, buscando adaptar a rotina de aprendizado ao isolamento social. Acrescente-se a isso, a disseminação rápida do uso das tecnologias móveis por meio de diferentes dispositivos como o computador, celular, tablete etc.

Nesse contexto da existência dos mundos digitais virtuais, o ensino a distância, se apropria dessa infinidade de possibilidades de ambientes capazes de desenvolver estratégias que a princípio podem contribuir para que ocorra os processos de ensino e de aprendizagem em qualquer lugar ou tempo e com qualquer dispositivo, integrada ao cotidiano do aluno.

É, importante, porém, salientar que, na modalidade a distância, os ambientes e instrumentos são importantes, no entanto, são vários os sujeitos e os componentes interligados que atuam e interagem para que o processo de ensinar seja objetivado e o de aprender se concretize de

maneira efetiva. Todos, sem exceção fazem parte de um conjunto que se associa ao fazer acontecer, quica, mesmo com pouca garantia de sucesso, o ensino a distância.

Vivenciamos um período de grandes mudanças em todas as áreas das atividades humanas, advinda da Covid-19. O impacto dessas mudanças é inegável na educação. Refletir sobre as inovações tecnológicas e sua relação direta com as inovações pedagógicas requer compreensão do contexto social e de estágio de desenvolvimento tecnológico da época dada.

4. A EAD E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ATIVIDADES ESCOLARES.

Efetivamente, o uso de determinadas tecnologias digitais no processo educativo, provoca mudanças profundas no modo de ensinar, aprender, de desenvolver o currículo e o processo de avaliar. Além disso, a flexibilidade espaço-temporal e a distância física entre os sujeitos (professor/aluno), tornam ainda mais complexos a organização didática- pedagógica em que o planejamento, a intencionalidade, o cronograma das aulas, o currículo, as formas de avaliar e o papel das tecnologias se constituem como elementos fundamentais para a mediação pedagógica virtual. Dessa forma,

A presença de uma determinada tecnologia pode induzir mudanças na maneira de organizar o ensino (...) existe uma relação direta entre educação e tecnologia. Usamos muitos tipos de tecnologias para aprender e saber mais e precisamos da educação para aprender e saber mais sobre as tecnologias (KENSKI, 2007, p.44).

Por isso, necessário se faz um olhar crítico sobre as relações entre as TICs e o processo de ensinar e aprender, afim de compreender que a integração entre elas ocorre para além do uso dos instrumentos de apoio, como celular, notebook, plataforma, etc. É preciso ver o contexto e as subjetividades dos sujeitos, pois envolvem experiências de professores e alunos em tempos e espaços diferentes. Além do que os critérios estabelecidos para o uso das tecnologias digitais na educação, nem sempre correspondem as reais condições e expectativas do aluno para a aprendizagem.

Nesse processo, os saberes docentes, os conhecimentos prévios dos alunos, as linguagens, os artefatos, as técnicas devem ser objetos para aprofundamento quanto a utilização das TICs na educação escolar. A EaD, quando mediada pelos artefatos digitais ou de modo “*online*”, pode potencializar a prática pedagógica através dos materiais digitalizados, incentivo a pesquisa, provoca a interação social, o feedback, descoberta de novos instrumentos de apoio para

registro e armazenamento de informações. Com esse pensamento, corrobora a autora, analisando que,

Ao desenvolver a EaD por meio de atividades que exploram as TICs para a interação social, a construção de conhecimentos e a aprendizagem colaborativa, fazendo uso de materiais hipermediáticos como apoio à realização das atividades impulsionam-se mudanças na concepção de currículo. Nesse sentido, destacam-se as contribuições do registro, organização e recuperação instantânea das informações (intervenções participativas dos alunos) e a exploração do fazer e refazer as produções no processo formativo. (ALMEIDA, 2006, p. 95)

Entretanto, se há potencialidades, quanto ao uso das tecnologias digitais, há que se considerar que o acesso nem sempre é favorável por inúmeros motivos a citar: inexistência de uma conexão com *internet* banda larga, dificuldades quanto ao manuseio das plataformas, de acesso aos conteúdos, de entendimento das linguagens utilizadas, de interação com o professor por medo de errar, pois, segundo Castells (2003), caso os participantes não tenham as competências desejáveis, “é necessário criar condições que favoreçam tal desenvolvimento no âmbito do próprio curso, caso contrário, se reforça o fosso digital e a desigualdade de acesso à educação e aos bens culturais da sociedade”.

E acrescenta, Mill (2010), ponderando,

Sejam pelos artefatos ou pelos processos organizacionais, as tecnologias de base informática têm sido intensamente utilizadas também no contexto educacional. Seria incoerente não incorporá-las no processo de formação dos futuros cidadãos, principalmente quando consideramos que esses novos cidadãos são nativos de um mundo “naturalmente composto por tecnologias. Porém, Mill, sugere cautela no uso dessas tecnologias, pois sempre há implicações diretas, por vezes indesejáveis, na adoção de toda tecnologia. O autor destaca que a tecnologia mais adequada a determinado objetivo é sempre aquela que não vai atrapalhar. Dito de outra forma, a melhor tecnologia é aquela a que o aluno tem acesso e que o auxilia na construção de seu conhecimento.

Essas reflexões são muito válidas, evidentes e necessárias, no contexto do uso das tecnologias como uma inovação pedagógica, uma vez que, só haverá mudanças significativas sobre o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender se houver mudanças na ideia do que seja estudar, ensinar e gerenciar os processos educativos nos moldes da EaD.

5 OS DESAFIOS DOS SUJEITOS DA ESCOLA PARA DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO EDUCATIVO: COMO SE ADAPTAR AO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONA VIRUS?

O mundo e a sociedade estão mudando constantemente, em ritmo frenético, e, se transformando no que *Castells* (1999) denomina de “sociedade em rede”, principalmente devido as “novidades e inovações” tecnológicas virtuais digitais.

E mais ainda, neste novo tempo de crise na saúde, na economia, na educação em que vive o mundo, advindo das consequências da pandemia da Covid -19, onde as escolas se veem desafiadas a dar continuidade nos serviços que ofertam: o ensino.

Em consequência disso, se anteriormente as aulas eram presenciais, passaram, porém, com a quarentena, a ser virtuais. Dessa forma, gestores, pais, alunos e professores envolvidos na tarefa de educar, buscam adotar uma nova rotina para a realização das atividades escolares.

A autora Kenski (2010), faz uma análise interessante e que para nós é muito pertinente para o momento vivido, pois ao comparar a vivência da sala de aula na educação presencial com os espaços e tempos da EaD, afirma que:

Ao contrário da educação presencial, a EaD se apresenta em um não lugar, um espaço virtual indeterminado. Mas ela é muito mais. Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura: uma nova relação entre os participantes, os conteúdos, as metodologias, as tecnologias, os comportamentos e a avaliação (KENSKI, 2010, apud MILL E PIMENTEL, 2013, p. 17).

Com esse pensamento, a autora trabalha a condição da EaD como cultura escolar diferenciada, e que, portanto, exige novos procedimentos, novas posturas para o acompanhamento de todo o processo tecnológico a ser adotado. Pois o desconhecido gera insegurança e temores diante do novo mundo em que irão “habitar”.

Nesse sentido, afirma Kenski (2010), “é preciso apresentar as especificidades da cultura escolar virtual e lhes oferecer oportunidade de vivenciar os principais códigos, regras e valores do novo ambiente em que vão viver, conviver e aprender”. Ou seja, a escola precisa normatizar e fazer chegar até os sujeitos da escola todas as orientações cabíveis e os meios necessários para que os professores e alunos possam se familiarizar com o novo ambiente virtual a ser utilizado.

Exemplo disso, são as plataformas utilizadas pela instituição educacional, nos três níveis de atendimento: educação infantil até o 5º ano - Plataforma “Bit Edu”, do 6º ao 9º ano fundamental – Plataforma “Iônica” e ensino Médio – Plataforma “Qmágico”. Ressalta-se as plataformas digitais educacionais, nos dias atuais, são ofertadas no mercado, como um instrumento de apoio pedagógico, a qual permite a comunicação e a conexão entre sujeitos, para que eles se conectem a esse ambiente e interajam entre si. Resumindo, a plataforma digital implica em novas formas didáticas condizentes com a contemporaneidade que as novas tecnologias apresentam (FRANÇA, 2009).

Dessa forma, algumas considerações mais relevantes sobre este instrumento tecnológico de comunicação e outros utilizados pela escola neste período de pandemia serão destacadas neste ítem, buscando fazer alusões às implicações que essa forma de organização estrutural da EaD, traz para o desenvolvimento de uma proposta de atividade pelo ensino remoto, a partir das colocações dos professores, pais e alunos da referida escola.

Primeiramente, algumas questões foram direcionadas para os sujeitos selecionados para a pesquisa, os quais identificaremos como CP1 e CP2- Coordenação Pedagógica, P1 - professor (a) de Educação Infantil, P2 - professor (a) de Ensino Fundamental, P3, P4, P5 - professores (as) do Ensino Médio e P/R1, P/R2, P/R3 - pai ou responsável de aluno e A1, A2, A3, A4 e A5 - para alunos. As questões direcionadas e respondidas no questionário, foram enviadas por *Whatsapp* e *e-mail*, as quais foram analisadas e serão apresentadas na sequência abaixo:

Segundo Moran (2000) a eficácia na implantação das novas tecnologias na escola passa em equilibrar o planejamento institucional e os recursos humanos. É o gerenciamento das atividades escolares (MILL E PIMENTEL, 2013). Nesse sentido, foi perguntado para as coordenadoras pedagógicas da escola, como está ocorrendo a experiência de se trabalhar com as plataformas, grupos *Whatsapp* tendo em vista a organização e efetivação do trabalho pedagógico?

A coordenação pedagógica da instituição atribui muita importância à utilização da plataforma digital pela escola, destacando que,

“Ela pode ser classificada como um apoio no processo educativo, pois, além de possibilitar um acompanhamento geral de todas as aulas programadas e postadas, têm-se um relatório que ajuda a identificar se está ocorrendo a participação dos alunos no acesso aos conteúdos e na resolução das atividades” (CP1, 2020).

Entretanto, a visão de que são necessários conhecimentos e habilidades prévios em tecnologia da informação para professor utilizar a plataforma digital é confirmada quando se acompanha o relato do professor P3, quando apresenta o seguinte argumento,

São necessários saberes e habilidades para lidar com essa nova ferramenta. Nossa formação não nos permitiu aprofundar os conhecimentos sobre como usá-la. Precisamos pesquisar, ler as orientações, tutoriais. Em nossa escola até que houve a formação feita por um técnico que cuida da plataforma. Mas é na prática que surgem as dúvidas.

Por isso, a rejeição de alguns professores em trabalhar os conteúdos pelas plataformas, exatamente pela complexidade dos desafios dos sistemas logísticos para o seu uso. Muitos alegam que a formação inicial e continuada é necessária para se aprender a lidar com as novas tecnologias para favorecer o processo de ensinar e aprender, como se expressa na fala da professora P1, “Só tenho uma certeza, esse sistema de aula online é muito diferente do presencial, vi que tinha urgentemente me reinventar para dar conta de manter a qualidade de minhas aulas”.

Nesse contexto, segundo Mill e Pimentel (2010), o exercício da docência na EaD abarca as mesmas discussões da docência presencial e agrega novos elementos, novas dificuldades e novos desafios, o que exige novas reflexões e novas iniciativas dos docentes e gestores no planejamento e ofertas de atividades em EaD.

Ressalta-se que a importância da aquisição desses saberes reflete-se no sucesso da qualidade virtual das ações docentes, o que pode demandar conhecimentos e atitudes adicionais, tais como boa desenvoltura na *internet* e conhecimento suficiente das TICs. Dessa forma, para possibilitar o aprendizado dos alunos na modalidade em EaD, é preciso ter conhecimento amplo dos processos do que é educar a distância (CRUZ, 2019, p. 133)

Quando indagados sobre como se sentiam como professores neste novo modelo de proporcionar o processo ensino aprendizagem, por meio de aulas online, destacaram que:

“ Para mim este modelo de dar e aula e ensinar não presencial adotado neste período da pandemia também é novo. Fiquei muito preocupada no início porque não tinha equipamentos adequados para montar minhas aulas. Mas com o tempo fui me habituando e me aperfeiçoando nas aulas, mas agora em home office” (P 3)

Assim, a importância do saber fazer do professor não pode ser negligenciada. O professor tem um papel central em qualquer processo de ensino aprendizagem, seja ele presencial ou a distância (Mill, 2010). Entretanto, se a ele não for dada as condições para elaborar uma boa aula, com os instrumentos necessário para se garantir a qualidade de seu trabalho, a

abrangência de sua ação através do ato de ensinar, pode ficar comprometida. O docente enfrenta vários desafios para a sua atuação, principalmente em relação às tecnologias digitais e ao manuseio das ferramentas disponibilizadas para a sua atuação (CRUZ, 2019, p.56). Por isso mesmo, muitos professores, resistem em utilizar algumas “novas” tecnologias educacionais, como refletido em suas interpretações:

“Como não atuo somente numa escola, para mim fica mais complicado trabalhar aulas online. O acompanhamento diário da disciplina, as atividades realizadas e postadas, as dúvidas dos alunos” (P4).

“A princípio tentei resistir, pois tanto no modelo presencial quanto na EaD apresentam desafios, mas certamente o trabalho nas plataformas é mais diverso porque envolve outros caminhos tecnológicos” (P5).

Outro aspecto relevante apontado nas análises dos professores, a respeito das dificuldades na docência virtual, segundo a fala da CP2, refere-se ao tempo maior destinado para organizar as atividades escolares (gravar vídeos, seleção de material em PDF, *power point*, *links*), intensificação do trabalho docente, necessidade de retornos das atividades, cobrança de pais e responsáveis dos alunos sobre as aulas online, como atestam as falas abaixo:

Considero que trabalhar com a EaD é mais difícil, principalmente porque exige maior disponibilidade de tempo, uma vez que se faz necessário o atendimento individualizado do aluno. (P2)

Para mim o trabalho dobrou. Passo horas da noite corrigindo as atividades enviadas, porque quero dar o retorno para eles. Isso é feedback. (P3)

Trabalhar com os pequenos é mais difícil, na verdade são os pais que precisam estar junto com o filho. E isso nem sempre é bem aceito. Fomos criticados e cobrados. Ao pai cabe também a responsabilidade de acompanhar os filhos (P1)

A introdução de novas tecnologias na educação traz muitos desafios para a prática pedagógica dos professores, como abordadas acima e oportuniza a reflexão sobre o papel do seu trabalho e com maior profundidade, quando voltamos o olhar para a atuação docente na EaD. Dessa forma, consideramos que um dos maiores desafios na prática dos professores, consiste nas constantes reflexões acerca do “como fazer”, para aprimorar, por meio das interações assíncronas e síncronas, os conteúdos, as informações e as atividades que permitam aos alunos refletirem, construir e produzirem conhecimento (CRUZ, 2019, p. 146).

Por sua vez, quando se direcionou as perguntas para os alunos e pais ou responsáveis dos alunos sobre o que pensavam a respeito das aulas retornarem de forma online, destacou-se entre as respostas:

"Penso que o importante é o aluno, meu filho não ficar sem conteúdo". E acrescenta: "Acredito que é importante dar continuidades aos estudos, mesmo pelo ensino a distância, para que ele não perca o foco, possa manter a rotina o máximo possível sem que perca o ritmo escolar e o costume de estudar." (PR1)

"Reconhecemos o trabalho árduo que os professores estão tendo, decorrentes da situação atual e, colocando toda sua dedicação para poder elaborar, produzir e repassar conhecimentos tão necessários para o enriquecimento de nossa visão de mundo". (A1)

Gostaríamos de agradecer imensamente a vocês, professores, que sempre acompanharam nosso caminhar nesta estrada de aprendizagem e sempre estiveram ao nosso lado contribuindo na construção de uma parte da nossa história. (A2)

Estudar nos moldes da EaD, segundo Belloni (2010), ocorre por abordagens diferentes de conteúdo, são estudantes diferentes e você precisa desenvolver dinâmicas diferentes para cada um dos níveis, porque vivemos num mundo onde as mídias, estão onipresentes, sendo possível considerar sua importância na vida social, particularmente no que diz respeito aos jovens.

Por isso, temos a compreensão de que a experiência também é desafiadora para alguns estudantes, enquanto, para outros, é normal, pois apresentam facilidade quanto ao uso dos grupos de *Whatsapp* e plataformas digitais, principalmente o nível médio, como bem explicitado nas falas dos pais e alunos, quando observa,

"Que eles estão vivendo também um período de adaptação, que eles precisam ter mais disciplina, principalmente para baixar e aprender o conteúdo, ver os vídeos, fazer as tarefas e depois postar para as correções" (P/R1).

"Para muitos alunos isso tudo é novo. Mas é bom, pois assim eles precisam ter mais responsabilidades com seu aprendizado" (P/R2).

"Meu filho disse que trabalhar no grupo de *Whatsapp* foi bom, mas é limitado, enche a memória do celular com os vídeos e textos enviados pelos professores. "A expectativa era maior com o uso da plataforma, pelos recursos que oferece, principalmente com banco de questões sobre o Enem, que teremos que fazer a prova ainda. O que não ajuda em alguns momentos é a *internet*, pois para a nossa região há muita falta de conexão veloz" (P/R3).

"Eu estou com um problema na *internet*, ela está muito fraca. Eu até consigo entrar na plataforma algumas vezes, mas não carrega nenhum vídeo. Estou me virando aqui para acompanhar". (A3)

"Hoje, iniciamos mais um ciclo do nosso processo de estudo, agora de forma remota, através do grupo de *Whatsapp* e da plataforma. Por isso, gostaríamos de lembrar, do quão feliz somos, por ter vocês ao nosso lado, nos apoiando e acompanhando nessa fase de busca por conhecimentos". (A4)

Assim, parece fundamental analisar e compreender a dinâmica do processo de aprender a distância do ponto de vista dos pais e alunos envolvidos no processo, uma vez, que são inúmeros os desafios, sendo a falta de conexão com a *internet* um dos principais entraves.

Além disso, outras questões relacionais são sentidas pelos alunos, como expresso em suas falas, destacadas a seguir:

Hoje estamos vivenciando um cenário cheio de medos e dúvidas, em um mundo onde a proliferação de um vírus (COVID-19) que ceifa vidas é uma realidade, e como se isso não bastasse, nós foi tirado os momentos de felicidade e diversão, muitas vezes vivido no ambiente escolar, seja em uma conversa com os colegas ou em uma piada que um professor conta em sala de aula. (A5)

Na visão de Kenski (2010), um ponto estratégico para que os alunos se adaptem as metodologias sugeridas com o uso das tecnologias digitais, através de plataforma de estudos, aulas pelo *google meet*, é a “preparação do primeiro momento de ingresso dos alunos no ambiente virtual. Antes de tudo, a cultura das salas online precisa ser compreendida por estes novos habitantes do ciberespaço escolar”. E acrescenta Belloni (2015),

Um processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante será então fundamental como princípio orientador de ações de EaD. Isso significa não apenas conhecer o melhor possível suas características socioculturais, conhecimentos e experiências, suas demandas e expectativas, mas integrá-las realmente na concepção de metodologias, estratégias e materiais de ensino, de modo que se crie deles as condições de auto-aprendizagem. (BELLONI, 2015, p. 32).

Nesse sentido, o desenvolvimento de atividades que possam acolher esses novos participantes ao mundo da EaD, deveria de ser o primeiro momento educacional de qualquer processo educativo, seja presencial ou a distâncias. Belloni (2010), defende a ideia de uma sociedade da informação plural, inclusiva e participativa, onde o acesso aos ambientes virtuais de aprendizagem, a uma *internet* de qualidade, com possibilidades de comunicação e interação entre os sujeitos, seja uma garantia primordial. Por isso, é necessário oferecer a todos os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências para saber utilizar, compreender e produzir todo tipo de informações e conhecimentos.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta da pandemia da Covid-19 e do período da quarentena, em que o isolamento social se fez/faz necessário, a experiência realizada na escola, através do uso das tecnologias digitais no processo de ensinar e aprender possibilitou-nos identificar algumas situações inerentes ao processo de ensinar e aprender pelos moldes da EaD, a partir do uso dos grupos de *Whatsapp* e da plataforma digital.

Em uma sociedade contemporânea, da qual fazemos parte, com seus inúmeros paradoxos, seja de forma globalizada, digital, virtual, pós-moderna, *cyber cultura*, sociedade do conhecimento, da informação, em rede, etc, é fato que a incorporação das tecnologias digitais no âmbito escolar, traria implicações, desafios e inquietações diversas para as práticas escolares.

Na escola em questão, a primeira refere-se aos desafios controversos, apresentados pelos docentes quanto ao conhecimento, domínio e uso das tecnologias digitais em suas atividades escolares, pois as falas revelam que a necessidade da formação continuada e do acompanhamento de um técnico seria fundamental para se garantir a qualidade do processo. Além da falta de estrutura da escola para oferecer um ambiente e equipamentos tecnológicos acessíveis para desenvolver melhor seu trabalho.

É importante destacar que a educação é um processo pedagógico constituído por docentes e discentes, isto é, ensino e aprendizagem, e que precisam estar intimamente articulados. E mais, a educação em qualquer época e forma, constitui-se e fundamenta-se a partir de quatro elementos constitutivos: gestão (equipe pedagógica da escola), ensino (educadores), aprendizagem (alunos) e a mediação técnico-pedagógica (tecnologias) (MILL, 2006 p. 49). Assim, esses elementos são inerentes para que ocorra a virtualização dos processos educacionais, tanto a distância, quanto presencial.

Ainda sobre o aspecto da aprendizagem discente, outro aspecto observado refere-se a maneira como os alunos se sentem ao ser conduzidos em suas atividades escolares, pelos grupos de *Whatsapp* e a plataforma utilizados, uma vez que apesar de esta geração já se encontrar “antennada com o mundo digital/virtual” e apresentarem vantagens quanto as habilidades para o seu uso, há o fator “*internet*”, pois em muitas regiões do interior do Pará, inexistente uma conexão em banda larga disponível, que permita aos sujeitos viajarem nestes ambientes de forma ideal e satisfatória.

Por isso, é importante destacar que o ensino a distância enfrenta diversas críticas uma vez que nas diferentes realidades, como a amazônica e paraense, nem todos os sujeitos estão incluídos no universo digital. Daí se fazer necessário construirmos estratégias que não venham a criar novas desigualdades no acesso ao ensino.

Entretanto, é a forma de mediação do ensino possível neste momento de pandemia para a garantia de atividades escolares. Vale destacar que qualquer atividade no ambiente virtual

deve ser feita a partir de um amplo planejamento para que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Além desses aspectos, se para a equipe gestora, professores e alunos esse mundo virtual pode ser considerado como um mundo de descobertas, imaginemos então, como os pais e responsáveis dos alunos se sentiram ao ser envolvidos numa nova metodologia de estudos em que sua presença seria exigida mais ainda. Exigir que a escola se adeque é bem mais simples do que participar efetivamente de uma outra forma de ensinar e aprender, agora de modo virtual. A preocupação maior está na direção principalmente dos alunos que estão no ensino médio e que terão que realizar a prova do Enem. É certo que o campo é fértil e permeado de desafios. Entretanto, é preciso ter cautela e cuidados em relação ao uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois sempre haverá, implicações diretas e indesejáveis na adoção de toda e qualquer tecnologia educacional. (Mill, 2006, p.52).

Enfim, muitas foram as análises apresentadas para a elaboração deste artigo, muitas interpretações ainda poderiam ser acrescentadas, até mesmo pelo tempo em que os sujeitos se encontram: “de estar em casa”. Todavia, se a escola tem sua função educacional e social, pensamos que nestes tempos de pandemia, precisamos nos mobilizar na busca de possibilidades pedagógicas para a construção do conhecimento e a escola pesquisada optou pelo enquadramento quanto ao uso das tecnologias para favorecer o processo ensino aprendizagem. Até o momento, apesar de todos os desafios, dificuldades, a experiência tem sido exitosa na referida escola. De todo modo, esse processo não se finda aqui, pois trabalhar em EaD com as tecnologias digitais, no mundo virtual, é um vir a ser constante!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Currículo, Avaliação e acompanhamento na educação a distância. *In*: MILL, D.; PIMENTEL, N. **Educação a Distância**: desafios contemporâneos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Contemporânea).
- BELLONI, M. L. Mídia-educação a distância na formação de professores. *In*: MILL, D.; PIMENTEL, N. **Educação a Distância**: Desafios Contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CRUZ, G. R. B. **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR: a experiência do Polo UAB/Cametá/PA.** Dissertação de Mestrado em Educação e Cultura pelo PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins, Cametá, 2019.

FRANÇA, G. Os ambientes de aprendizagem na época da hipermídia e da educação a distância. In: **Perspectivas em ciência da informação.** v.14, n°1, p.55-65, jan/abr, 2009.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

KENSKI, V.M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2007.

KENSKI, V.M. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. In: MILL, D.; PIMENTEL, N. **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MILL, D. R. Reflexões sobre a Formação de Professores pela/para Educação a distância na contemporaneidade: convergências e tensões. In: DALBEN, A. I. L. de F. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 295-314. (Didática e Prática de Ensino).

MILL, D.; OLIVEIRA, M. R. G. de; RIBEIRO, L. R. de C. (org.). **Polidocência na Educação a Distância: Múltiplos enfoques.** São Paulo: EdUFSCar, 2010.

MILL, D.; PIMENTEL, N. M. (org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MORAN, J. M. Como utilizar as tecnologias na escola. In: **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 4ª ED. Papirus, 2010, P.101-111.

THIOLLENT, MICHEL. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.** São Paulo: Polis, 1980. P. 191-212.

VALENTE, J. A. O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de educação a distância. In: MILL, D.; PIMENTEL, N. **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

***Abstract:** This article is the result of discussions held within the scope of the digital technologies research group in the Amazonian educational context. And that, in the face of the Coronavirus pandemic, there was a need to investigate how students and teachers were mediating remote teaching in an educational institution. The reflections are based on the theoretical and practical understandings of the authors: Kenski (2010), Mill and Pimentel (2013) and Belloni (2010). The analyzes presented come from data collected with coordinating teachers, students and parents, who used digital technologies, made available by the school during the quarantine period. The results show that despite the recognition that digital technologies contribute to distance learning pedagogical practices, however, factors related to the lack of adequate infrastructure as well as insufficient pedagogical training and technological instruments, are characterized as obstacles to the articulation of technologies with practices that favor the teaching-learning process in the school in question.*

***Keywords:** Distance learning. Digital Technologies. Teaching and Learning Process.*

PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA DITADURA DO CAPITAL: O RISCO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

doi: 10.47930/1980-685X.2020.3202

OLIVEIRA, Tiago Fávero¹

***Resumo:** Diante de todas as medidas de isolamento social provocadas pela pandemia do Coronavírus, o presente artigo busca relacionar os efeitos desta crise com o cenário da crise estrutural do capital dentro da ótica do neoliberalismo no Brasil. Enfoca-se as premissas fundamentais da ordem capitalista neoliberal e seus efeitos para a educação pública brasileira, destacando a formação oferecida nos Institutos Federais. Diante da possibilidade do uso da educação a distância como forma de trabalho das instituições federais, serão analisados dados do Ministério da Educação e de pesquisas relacionadas ao acesso à recursos digitais. Embasada em referências do materialismo histórico dialético, a pesquisa sinaliza para os riscos da privatização, da flexibilização e de relações precárias de trabalho na educação, enfatizando a necessidade do desenvolvimento de novas formas de sociabilidade no período pós-pandemia.*

***Palavras-chave:** neoliberalismo, privatização, educação pública.*

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário de um neoliberalismo selvagem surgido como causa e consequência da crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2011) gera um capitalismo ainda mais destrutivo. Tal cenário se agrava ainda mais quando se apresenta a crise geral gerada pela pandemia do Coronavírus (COVID 19), iniciada em terras chinesas no ano de 2019 e chegada ao Brasil em fevereiro de 2020. Há aqui uma harmonia perfeita de

¹ Professor EBTT IF Sudeste MG – Campus Santos Dumont / MG. Doutorando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ).

perversidade e destruição: tanto o neoliberalismo quanto o COVID 19 são duas armas destrutivas e letais para as classes trabalhadoras².

Defende-se, aqui, que há uma crise dentro da crise. Tal apontamento fica muito claro quando se analisam as palavras de Marx e Engels no Manifesto Comunista acerca da crise do modo capitalista de produção, descrito em 1848:

Uma epidemia, que em qualquer outra época teriam parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se conduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de prioridade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

Neste contexto, o presente trabalho irá se debruçar na tentativa de entender o desenvolvimento histórico e o atual comportamento do neoliberalismo de forma geral para, após isso, buscar seus reflexos diretos na educação pública. Dentro da educação, intenta-se investigar o processo de mercantilização da educação pública e seus efeitos na construção de uma educação pública, gratuita, laica, integral e de qualidade. Delimitando um pouco mais a pesquisa, o trabalho irá centralizar suas análises nos impactos deste momento histórico na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, buscando entender como os Institutos Federais do país tem se comportado diante da crise atual.

Para isso, será realizada uma leitura atenta de fontes teóricas, dentro do materialismo histórico dialético para entender, de forma crítica, os efeitos da crise (do COVID 19) dentro da crise (estrutural do capital). A escolha aqui não é neutra: acredita-se que textos de fundamentação marxista (clássicos e atuais) são importantes tanto na crítica do capital quanto na busca de uma perspectiva histórica para a saída dos dilemas e contradições aqui enunciados. Serão analisados também Decretos, Medidas Provisórias, Instruções Normativas, Leis e Projetos de Leis publicados tanto no sentido da mercantilização da educação pública quanto na apresentação de políticas de enfrentamento da crise. Será realizada também uma análise das ações dos Institutos

² Usa-se aqui o termo no plural em observância às pesquisas de Mattos (2019), no intuito de abarcar a classe trabalhadora na amplitude de suas atuais manifestações.

Federais no Brasil a partir de uma plataforma de acompanhamento do COVID 19 disponibilizada pelo Ministério da Educação³, a fim de entender como cada Instituição tem respondido às orientações do MEC e também às novas demandas do atual momento.

Neste ínterim, dados de uma pesquisa do IF Sudeste MG com estudantes serão também analisados, buscando entender quais as condições materiais de acesso dos estudantes à recursos tecnológicos, no intuito de entender se há limitações estruturais para a implementação de uma política de ensino a distância.

2 DITADURA DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Em 1981, já nos momentos finais da ditadura empresarial-militar do Brasil, o Professor Octávio Ianni (1926 – 2004) publica sua célebre obra “A ditadura do grande capital), dentro da qual faz uma retrospectiva histórica e analítica da forma como as decisões autoritárias e violentas da ditadura militar brasileira privilegiaram os ganhos do grande capital, consolidando um padrão de dominação e acumulação excludente que favorecia a burguesia brasileira (IANNI, 1981). Em suas teses, pode-se perceber a clara ligação entre as medidas violentas contra trabalhadores, sindicatos e partidos políticos e a implantação de uma agenda econômica ligada ao autoritarismo neoliberal. No campo educacional, Frigotto (2018) afirma:

mediante o recurso da força física e, concomitantemente ao arbítrio, o golpe civil-militar interrompeu um processo social e educacional que buscava reformas de base e um desenvolvimento que rompesse com o vínculo subalterno aos centros hegemônicos do capital e permitisse uma ampla participação popular, não só na produção, mas na democratização dos bens produzidos e ampliação dos direitos sociais (p. 19)

Apesar do contexto atual ser diferente do momento histórico da ditadura militar brasileira das décadas de 60 a 80, aproximações podem ser feitas. A mais evidente é que o Estado brasileiro usa de seu poder (tanto simbólico quanto coercitivo) para garantir a hegemonia do bloco burguês em detrimento da classe trabalhadora, favorecendo a exploração e a acumulação de capital. Entende-se aqui, que o capitalismo tardio brasileiro – como desenvolvido por Florestan Fernandes (1974; 1975) – traz uma nova

³ <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>

forma de desenvolvimento tardio da burguesia, cujo crescimento depende diretamente da desigualdade, da miséria e da pobreza de grande parte da classe trabalhadora⁴.

Neste contexto, Dardot e Laval (2016) apresentam um amplo panorama dos movimentos históricos que fizeram com que a ideia inicial do Liberalismo desencadeasse no Neoliberalismo, tal como é conhecido hoje. A obra perpassa as ideias iniciais (John Locke, David Hume, Adam Smith, John Stuart Mill) até o neoliberalismo ultraconservador de Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman.⁵ Em síntese, pode-se dizer que o princípio inicial da não intervenção estatal na economia (*Laissez faire*) é substituído pela nova configuração do papel do Estado. A partir do neoliberalismo, o Estado deve intervir criando condições para um mercado livre, que estimula a concorrência não só entre empresas, mas também entre indivíduos. Neste contexto, os indivíduos são alienados de sua dimensão social, solidária e coletiva e se tornam indivíduos-empresas, que passam a ter a responsabilidade de sustentar a sua vida. O indivíduo perde seus vínculos de solidariedade e é lançado no mercado, arena de luta pela sobrevivência. Todas as suas derrotas e conquistas são creditadas a ele, dentro de uma lógica meritocrática e empresarial.

Contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada (*Ibidem*, p. 199)

O Estado aqui se reduz a um árbitro das relações de concorrência no mercado, decidindo sempre em função do mais forte (CHAUÍ, 2004). Os serviços públicos que se configuram como direitos (saúde, educação, previdência, entre outros) vão se tornando mercadorias que devem ser disputadas pelos novos sujeitos neoliberais. O Estado reduzido terá como regra para seu funcionamento o modelo empresarial, fundando suas ações na eficácia, no lucro e na mercantilização. Mecanismos de gestão empresarial, avaliação, responsabilização e flexibilização são impostos à sociedade como um todo. As classes trabalhadoras (MATTOS, 2019) se encontram numa situação precária, uberizada, flexível e ameaçada. A rebeldia dos precários se torna uma apatia resignada,

⁴ Aprofundando este debate, Frigotto (2002) afirma que transitamos da ditadura civil-militar à ditadura do mercado.

⁵ Uma outra visão sobre a evolução do liberalismo com suas contradições e dilemas éticos pode ser vista na obra de Losurdo (2009).

incapaz de gerar mudanças nesta ordem social (BRAGA, 2017). Em outras palavras, a rebeldia não consegue se transformar em revolução.

O resultado disso é que, neste horizonte neoliberal, o estímulo ao individualismo egoísta diminui, como foi dito, o sentimento de classe e comportamentos solidários, exclui a dimensão cidadã (que é social), pois “eles não são chamados a julgar políticas e instituições do ponto de vista do interesse da comunidade política, mas somente em função de seu interesse pessoal. *É a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320, grifos do autor). Também neste sentido, Kosik (1986) sinaliza para a racionalidade individualista e meritocrática que fundamenta o desenvolvimento deste neoliberalismo ultraconservador.

Nesta arena de competição e individualismo, o capital neoliberal mostra sua ausência de valores e escrúpulos quando negligencia a importância da vida do trabalhador, sinalizando para sua descartabilidade (ANTUNES, 2019), uma vez que um amplo exército de reserva está disponível para não deixar que as engrenagens do capital parem de funcionar. Catástrofes, tragédias e crises sempre serviram ao capital neoliberal. Malthus (1961) já sinalizava para a importância do desenvolvimento de mecanismos de controle do aumento demográfico, tanto com estratégias de diminuição de natalidade para os pobres quanto com mecanismos para facilitar e acelerar o aumento da sua mortalidade⁶. Percebe-se aqui a dimensão destrutiva do capitalismo, que não se importa com o extermínio, seja da natureza, seja do próprio ser humano (MÉSZAROS, 2000; HARVEY, 2011; 2018).

Infelizmente, os mecanismos de resistência a esta lógica do capital neoliberal têm sido insuficientes por vários motivos, dentre os quais, será dado destaque a dois. O primeiro é o fato de que a própria lógica do capital é divulgada e defendida por intelectuais, *think tanks*, mídia como algo natural, normal, positivo, neutro (sem a “contaminação” de ideologias) e, até mesmo, desejável (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal fato é interiorizado

⁶ Tal análise se torna assustadoramente atual quando se observa que o Presidente Jair Bolsonaro, em várias situações, minimizou a morte de trabalhadores em decorrência do COVID 19 para que a economia continuasse funcionando. Várias manifestações da classe patronal brasileira foram realizadas e amplamente divulgadas (sobretudo no final de semana de 28 e 29 de março de 2020) com o *slogan*: “O Brasil não pode parar” criticando o período de quarentena e isolamento social tendo em vista os riscos para o capital. Em resumo, a classe média burguesa foi às ruas em seus carros para manifestar seu desejo de que os trabalhadores voltassem para o trabalho, negligenciando os riscos da pandemia e contrariando as orientações das autoridades sanitárias.

e assumido sem dificuldades pela classe trabalhadora que se encontra alienada em várias dimensões (CHAUÍ, 2004; MÉSZAROS, 2016). O segundo fator é a própria fragilidade da classe trabalhadora no que diz respeito às estratégias de representação e unidade. O enfraquecimento e a fragmentação do movimento sindical e as políticas de um sindicalismo de negociação e consenso, visando a conciliação de classe e aceitando as condições do capital (ANTUNES, 2019; BRAGA, 2017).

Os riscos do capitalismo neoliberal são ainda maiores quando se considera que a crise estrutural e o sistema de devastação do capital nos permite observar um crescimento da Extrema Direita no mundo como um todo⁷. Governos que, consciente ou inconscientemente, assumem práticas da extrema direita vem tomando uma série de medidas antissistema ainda mais devastadoras no campo econômico e social, com práticas xenofóbicas, de perseguição de minorias, de mercantilização de direitos⁸, apoiados num discurso anticorrupção e com um fundamentalismo religioso de fachada, gerando debates em torno do risco de uma nova fascistização do mundo. Outro ponto importante a se salientar é que o neoliberalismo não precisa da democracia, aumentando sinais de autoritarismo e centralização (WOOD, 2011).

3 A EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO MERCADORIA PRIVADA: PERDA DE DIREITOS E AMEAÇAS

Pelo que foi exposto até aqui, pode-se perceber que o capital financeiro – o grande comandante do processo global – não tem humanidade. Ele sempre irá tentar contornar suas contradições e crises para continuar em seu processo de acumulação. O capital vai buscar meios para lucrar, seja na crise, seja no período de crescimento. A privatização do público pode acontecer a partir de diferentes caminhos, quais sejam: privatização no modo clássico, concessões, Parcerias Público-Privado (PPP), abertura de espaço no serviço público para Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de

⁷ A grande evidência disso pode ser percebida quando se observa o número considerável de presidentes alinhados com a extrema direita que conseguiram vitórias (consideradas por muitos analistas como improváveis) em vários países nos últimos anos.

⁸ Não é por coincidência que vários países (na América Latina e na Europa) começam a se articular para aprovar retrocessos na legislação trabalhista e previdenciária (contrarreformas).

Interesse Público (OSCIP)⁹, adoção de modelos de gestão empresarial e avaliação em larga escala, dentre outros.

No caso específico do Brasil, a lógica neoliberal conseguiu alterar o artigo 37 da Constituição Federal, acrescentando a Eficiência como Princípio da República¹⁰. Este acréscimo motivou uma série de políticas públicas aproximando o serviço público da lógica empresarial. Na área da educação, foi criado o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), na década de 90. A partir daí, vários instrumentos de avaliação em larga escala, índices e indicadores de qualidade e produtividade foram sendo desenvolvidos. Políticas de gestão, adoção de metas e implementação de políticas de *accountability* (transparência na divulgação dos resultados e responsabilização das equipes) começaram a ditar o ritmo da educação pública brasileira.

A busca da eficiência e da qualidade no contexto educacional apresentado pelo neoliberalismo estão assentadas na manutenção da estrutura dual e desigual da estrutura da educação pública brasileira. Frigotto (2018) afirma que “o critério definidor de qualidade é posto pela ótica dos interesses do mercado” (p. 30), focando a qualidade total em detrimento da qualidade social.

A ideologia neoliberal avança na educação pública e ganha força a partir do Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático de 2016. A Lei 13.415/2017 implementa uma Contrarreforma do Ensino Médio que flexibiliza a relação de trabalho dos docentes (mediante a adoção da categoria de “notório saber”) e permite que parte da carga horária de formação seja realizada em espaços não escolares, mediante parcerias. A modalidade de Educação a Distância (EaD) também ganha força como um importante recurso para privatização e flexibilização da educação Pública. O Decreto 9.057/2017 assinado pelo Presidente Michel Temer regulamenta a possibilidade de abertura de faculdades e universidades com a oferta de graduações e pós-graduações a distância. Este movimento ganha ainda mais força quando o governo do Presidente Jair Bolsonaro regulamenta a

⁹ Organizações Sociais (OS) são regidas pela Lei Federal 9.637/98 e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são regidas pela Lei Federal 9.790/99.

¹⁰ Através da Emenda Constitucional 19/1998 a Eficiência foi acrescentada como Princípio da República Brasileira.

ampliação de 20% para 40% o limite de disciplinas em EaD na carga horária de cursos presenciais de graduação, mediante a publicação da Portaria 2.117/2019¹¹.

Como momentos de crise podem ser úteis ao capital neoliberal, cogita-se, neste momento, a oferta de parte de disciplinas exclusivamente presenciais na modalidade EaD sem, sequer, realizar alterações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Tal fato é permitido mediante a emergencial publicação da Portaria 343 (em 17 de março de 2020) que flexibiliza e estimula o ensino remoto improvisado como forma de diminuir os impactos da política de isolamento social que o país adota.

Não se menospreza nem se diminui aqui a importância do uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação como ferramentas para a educação. As possibilidades e limites desta modalidade de ensino podem ser analisadas, com mais profundidade, a partir das pesquisas sobre a tensão entre expansão e qualidade da EaD de Santos (2019) e sobre o *hommeschooling* e a domesticação do aluno em Pichonelli (2019). O que se questiona é se a adoção apressada e improvisada¹² destas tecnologias neste momento não podem servir como estratégia para a abertura de possibilidade de um desmonte ainda maior do ensino presencial, flexibilização do trabalho docente e oportunidade de negócios para empresas privadas que oferecem soluções mágicas e fáceis para um problema tão complexo. Cássio; Ximenes (2020) são claros quanto a esta questão quando afirmam que:

Se os abutres do empresariado educacional fazem marketing digital direcionado no meio do pandemônio, é porque sabem que alguém deseja ouvir seus grasnados. Sabem que o heroísmo didático e o voluntarismo florescem em um ambiente acadêmico coalhado de individualismo (s/p).

Outro ponto que merece destaque é sobre o acesso a este recurso. Até agora, não há indícios de que a totalidade dos estudantes terão acesso à computadores, internet banda larga, espaços e condições adequadas para o estudo em suas respectivas casas para que esta modalidade a distância seja implementada. Até mesmo entre professores, não se

¹¹ Outra alternativa empresarial aplicada à educação pública é a publicação do Programa Future-se, alterando mecanismos de gestão e financiamento das instituições federais. Como os efeitos amplos e perversos deste Programa extrapolam os objetivos desta pesquisa, indica-se a leitura de Ximenes; Cássio (2019) para o aprofundamento deste tema.

¹² Adota-se, aqui, o termo “improvisado” pois o ensino remoto mediante plataformas digitais foi autorizado e estimulado sem estudos prévios sobre o acesso e a capacidade de oferta.

sabe se todos tem conhecimentos técnicos para a implementação destes recursos. Por conta disso, toda pressa na tentativa de dar uma resposta para o pagamento das mensalidades na educação privada e para dar uma justificativa de pagamento dos salários para as instituições públicas podem ser um atalho mal trilhado em um momento de crise como o atual.

Além de tudo que foi exposto, não se pode diminuir ou desconsiderar o risco para as relações de trabalho docente. Fragmentos da pesquisa de Laval (2004) sinalizam para isso:

Para as empresas em busca de novas saídas, o ensino apareceu como uma espécie de Eldorado, pelo seu tamanho e a importância dos equipamentos de informática que lhe são necessários (...). O ensino à distância é particularmente útil para **assegurar um ensino e uma formação rentáveis** (...) O ensino à distância permite, então, renovar o “capital humano” necessário, transmitindo os “conhecimentos úteis” graças ao impulso do teletrabalho. (...) O desenvolvimento do mercado das novas tecnologias educativas é acompanhado por um discurso “pedagógico” que **anuncia “o fim dos professores”**. (...) Fazer acreditar que o professor deve se tornar um acompanhante de pesquisas pessoais e de exercícios padronizados em material informatizado permite **justificar as compras massivas de equipamentos em nome de uma inelutável “substituição do capital ao trabalho”** (p. 126 – 129, grifos meus).

Nesta mesma linha de raciocínio, percebe-se outro risco, a saber: o uso dos dados pessoais de estudantes e professores pelas empresas de acesso à internet do país. Realizar uma migração em massa de aulas e atividades letivas para plataformas digitais pode servir como uma ótima oportunidade de negócio para a ampliação de banco de dados. Bandeira; Pasti (2020) afirmam que “65% das universidades públicas e secretarias de educação do país utilizam tecnologias das cinco maiores empresas de tecnologias que possuem como modelo de negócio a exploração dos dados pessoais” (s/p).

A substituição do capital ao trabalho é uma das metas a serem perseguidas pelo desenvolvimento do capitalismo neoliberal. O ideal seria acabar com o trabalho, mas como é impossível acabar com o trabalho sem acabar com a produção, o capital procura reinventar novas formas de exploração ao longo do tempo. Daí, surgem novas formas de trabalhadores: o depauperado, o uberizado, o flexível, o com contrato intermitente e precário, o trabalhador sem direitos (ANTUNES, 2018). Num contexto de crise, o trabalhador, que está desempregado e precisa trabalhar para comer, fará qualquer coisa a

qualquer preço para não morrer de fome. Tal risco, neste caso, se avizinha da classe docente mediante o cenário até aqui desenhado.

4 A SITUAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS QUANTO O EaD

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir da publicação da Lei 11.892/2009 representam não só a expansão da oferta de ensino profissional com a reestruturação da Rede Federal, mas também são uma nova forma de compreender a relação entre educação e mundo produtivo e do trabalho, tendo em vista o desenvolvimento da cidadania (PACHECO, 2011). Tal política traz novas formas para entender e desenvolver a relação entre trabalho e educação. A busca de ofertar uma educação não alienada e fragmentada, mas que seja politécnica, omnilateral¹³ e integrada coloca os Institutos Federais no centro da disputa entre capital e trabalho em nossos dias¹⁴.

A criação dos Institutos Federais pode ser entendida como um passo na superação da grande dualidade estrutural que marca o ensino médio, a partir da qual são aprofundadas as desigualdades: a classe burguesa recebe uma educação em sentido amplo e abrangente, restando, para os jovens da classe trabalhadora, o aprendizado de saberes básicos ligados ao desempenho de serviços simples (FRIGOTTO, 2018), de baixa remuneração. Tal fato se fundamenta na teoria do capitalismo dependente (FERNANDES, 1974) e também na ideia de que o subdesenvolvimento é uma forma específica de construção da sociedade brasileira (FURTADO, 1992), que mantém um projeto de sociedade que aprofunda sua dependência do centro hegemônico do capital,

¹³ Frigotto (2018) afirma que o projeto de ensino integrado dos Institutos Federais não é o ensino politécnico tal como previsto pela pedagogia socialista, mas sinaliza para o fato que pode ser um importante passo dentro da sociedade de classes para superar todas as dualidades e disputas em torno da educação básica (sobretudo em sua etapa final, o ensino médio) e também na relação entre educação e trabalho. Em outras palavras, o ensino técnico integrado não é a mesma coisa que a proposta de formação politécnica, mas está vinculado a ela, desenvolvendo o conceito de “travessia contraditória” (p. 129).

¹⁴ Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) analisam todas as disputas em torno da educação profissional e tecnológica no Brasil, refletindo sobre o caráter dual do ensino médio, com ênfase na passagem da compreensão do Decreto 2.208/97 para o Decreto 5.154/04.

combinando elevada concentração de riqueza, de capital e de desigualdade (OLIVEIRA, 2003).

Como já foi dito, a ameaça à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia não se dá apenas nas disputas em torno da relação entre educação e trabalho. É evidente que há riscos da lógica neoliberal e privatista desconfigurar a forma de oferta do ensino médio integrado, científico, diverso e humanizado oferecido pelos Institutos Federais, tornando esta formação fragmentada e alienada¹⁵. É evidente, também, que num momento de crise como o atual (retoma-se aqui a expressão “crise dentro da crise”) estes riscos acabam aumentando.

Outros pontos, além da relação entre educação e trabalho devem ser pensados no contexto dos IFs dentro da implementação de educação a distância. Um deles, diz respeito à própria política de criação dos Institutos, a saber, a interiorização. Como a estrutura dos Institutos e *campi* chegou em vários pontos interioranos do país, o questionamento sobre acesso de todos os estudantes à conexão de internet fica ainda mais necessário. A realização de aulas práticas, projetos de ensino, pesquisa e extensão e atendimento educacional especializado em casos de estudantes com necessidades educacionais especiais (público da educação inclusiva) também são fatores que devem ser pensado num contexto de EaD.

Como ainda não há uma pesquisa específica com estudantes dos Institutos Federais, serão analisados, aqui, alguns dados de diferentes pesquisas apresentadas por Bandeira; Pasti (2020) no que tange ao acesso à internet¹⁶:

85% dos usuários de internet das classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, e somente 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador. As desigualdades se ampliam devido à qualidade da conexão e aos limites das franquias de dados (...). 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. (s/p).

¹⁵ O compreensão do projeto de formação da dupla cidadania dos jovens e adultos trabalhadores fica ainda mais comprometida neste contexto. Nas palavras de Frigotto (2018), a questão central da atuação dos IF deve ser a “compreensão de seu sentido social na perspectiva da cidadania política e econômica das gerações de jovens e adultos em formação” (p. 141).

¹⁶ O uso destas pesquisas se aplicam ao nosso trabalho, pois o público estudantil atendido pelos Institutos Federais participa e é representado pelo universo analisado. Logicamente, algumas características podem variar de região para região, mas o quantitativo tende a ser mais ou menos o mesmo.

Estes dados já sinalizam para a inviabilidade de um projeto acessível e universal de educação a distância, tanto pelo desconforto de se estudar pelo celular, quanto pela limitação de acesso no que tange à franquia de dados móveis. Em outra pesquisa, realizada com estudantes do Colégio Técnico de Campinas / Unicamp, percebeu-se que:

embora 98,8% deles tenham smartphone, apenas 74,4% dos aparelhos possuem memória para uso de novos aplicativos e armazenamento de informações. Apenas 77,3% possuem plano de internet para o smartphone. Desses, cerca de 7,5% possuem até 1GB de franquia mensal, 16% entre 1 e 2 GB e 39,7% entre 2 e 4GB. Há ainda outros limites tecnológicos: menos de 70% dos alunos possuem acesso a computadores e 35,7% dos que têm acesso ao equipamento o compartilham com três ou mais pessoas. Apenas 46,3% consideram o modelo do computador adequado para o uso e armazenamento de informações, e 23,9% enfrentam lentidão e dificuldade de uso. (*Ibidem*, s/p).

Vale destacar, novamente, que os dados apresentados acima são provenientes de uma das melhores escolas de ensino médio do país, cuja localização está numa cidade de grande porte, dentro do Estado mais próspero e com mais facilidade de acesso à internet e à recursos digitais e tecnológicos. Mediante esta análise, pode-se inferir que em outras regiões do país, sobretudo em regiões interioranas (onde estão instalados vários *campi* dos Institutos Federais) os números sejam ainda menos compatíveis com a adoção de EaD.

Outro fator importante a ser destacado é a disponibilidade de um ambiente adequado e compatível com atividades de estudo. Sobre isso, vale destacar que:

a pesquisa mencionada com estudantes da educação básica identificou que apenas 58,2% dos alunos indicam ter espaço específico e adequado para estudo no domicílio, que 27,9% têm alguma responsabilidade sobre cuidado de crianças e 19,7% sobre o cuidado de idosos no domicílio. Além disso, professoras e professores também passam a compartilhar o trabalho com os cuidados de filhos e idosos na família. (*Ibidem*, s/p).

Assim, a adoção improvisada e desordenada de tecnologias de informação de comunicação em aulas remotas poderá, além de prejudicar os processos de ensino e aprendizagem, poderão aprofundar ainda mais as desigualdades educacionais do país. Em última análise, a adoção desta política, além de todos os riscos supracitados, poderá também desmotivar um estudante que não tenha condições técnicas para o acompanhamento das atividades, gerando, inclusive, um aumento na taxa de evasões e transferência.

A partir destes indicadores e questionamentos, a presente pesquisa avança para tentar entender o panorama atual da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia¹⁷ diante da crise no que tange à adesão ou não dos respectivos Institutos à modalidade de educação remota na oferta de aulas a distância durante o período de afastamento. Para isso, a pesquisa analisou os dados da seção sobre o coronavírus dentro do portal do MEC¹⁸. Neste espaço, há possibilidade de se acompanhar os dados de todos os 38 Institutos Federais do país, mais os dois CEFETs (Minas Gerais e Rio de Janeiro) e as unidades do Colégio Pedro II, totalizando 41 unidades.

Dos dados disponibilizados, percebe-se que todas as 41 unidades suspenderam aulas presenciais, em atenção ao regime de isolamento domiciliar. Destas 41 unidades, sete estão tendo aulas a distância: IF Farroupilha, IFMS, IF Sul de Minas e IFTM aparecem com TIC/Remotas enquanto IFRO, IFSC e IFTO aparecem como parciais. Não há na plataforma do MEC explicação sobre a diferença entre TIC/Remotas e Parciais. Nos sites dos referidos Institutos há apenas comunicados sobre as aulas não presenciais. Destaca-se o site do IFTO onde há informações de um questionário para estudantes e servidores no intuito de consultar o posicionamento da comunidade em meio às decisões¹⁹. Doze Institutos (CEFETMG, IFAC, IFAP, IFBA, IF Baiano, IFC, IFMA, IFMG, IFNMG, IFRN, IF Sertão PE, IF Sudeste MG) aparecem na plataforma como atividades suspensas por período indeterminado.

Os dados mostram que aproximadamente 83% dos membros da Rede Federal não aderiram à aulas remotas durante o período de isolamento social e mantém atividades letivas suspensas. Em nota, o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) defende o isolamento social como medida preventiva e destaca o papel da educação e da ciência em momentos de crise²⁰. O

¹⁷ Apesar de Frigotto (2018) pontuar a dificuldade de se considerar a Rede Federal em torno de uma identidade comum em todas as suas unidades e *campi*, o objeto de nossa análise visa comparar as unidades apenas a partir da adesão ou não à alternativa de aulas remotas durante o período de quarentena.

¹⁸ Como os dados podem se alterar com o tempo, registra-se aqui que os dados desta pesquisa foram extraídos da plataforma <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/> no dia 05 de abril de 2020.

¹⁹ Não foi possível acessar o questionário para verificar quais questões são apresentadas.

²⁰ Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3344-nota-publica-conif-covid-19?Itemid=609>. Acesso em 05 de abril de 2020.

mesmo posicionamento foi tomado pelo Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (FORIPES – MG)²¹. Percebe-se que há um posicionamento claro e objetivo com relação ao isolamento social, amparado nas orientações das autoridades sanitárias e de saúde. Todavia, não há um posicionamento claro sobre a adoção ou não de EaD pelos conselhos e fóruns de representação das Instituições. Entende-se que decisões sobre a adoção de ensino remoto são da competência de cada Instituto, garantidas pela autonomia que tem. No entanto, órgãos colegiados podem orientar dirigentes e conselhos quanto aos limites, riscos e perspectivas das ações tomadas para solucionar os problemas causados pela crise.

5 CONCLUSÃO: “TUDO QUE ERA SÓLIDO E ESTÁVEL SE DESMANCHA NO AR”

Para não concluir este texto, faz-se mister recapitular alguns pontos trabalhados até aqui. O primeiro ponto que merece destaque é que, no momento, é possível identificar uma crise dentro da crise. A crise sanitária e de saúde do COVID 19 se aloja dentro de um sistema capitalista-neoliberal já em crise. Afirmou-se, em decorrência disso, que o capital se alimenta das crises para avançar com seus projetos. E não se deve esquecer que a crise é uma crise do capital. “O Estado não é mais o responsável pela execução das políticas: um repassa para o mercado e a outra, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos” (PERONI, 2006).

Diante dessa confluência de crises, todas as fragilidades e contradições do atual sistema se mostram com clareza e trazem consequências para diferentes segmentos da vida. No campo educacional, o problema que se apresenta sob a lógica de eficácia e produtividade do capital, é a suspensão das aulas com uma consequente dificuldade para a reposição. Tal preocupação, diante de todos os desafios de saúde pública do momento, é secundária. Ela mostra a interferência de uma lógica reprodutivista, focada em conteúdos, desarticulada do contexto social dos estudantes, e, profundamente, voltada apenas para si.

²¹ Disponível em:
https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Notas_Explicativas/FORIPES/2019/Propostas_do_FORIPES_para_a_politica_do_ensino_superior.pdf. Acesso em 05 de abril de 2020.

Pensar em reprodução de conteúdo em um momento crítico de saúde pública, dentro do qual não se sabe como as pessoas estão reagindo, é uma lógica desumana e perversa. E é em meio a esta lógica que surge uma solução mágica e simples para um problema extremamente complexo: durante a pandemia, o Ministério da Educação permite que cursos presenciais tenham parte dos conteúdos e respectiva carga horária ministrados na modalidade de educação a distância. Improvisam-se aulas remotas mediante um voluntarismo desorganizado e desinstitucionalizado. Em poucos dias, cursos que eram exclusivamente presenciais começaram a ser trabalhados todos de forma remota²².

Os dados aqui apresentados sinalizam para limites estruturais de uma adesão apressada e irrefletida de tecnologias da informação e comunicação em substituição às aulas presenciais. As questões de acesso, disponibilidade, produção de material adequado, familiaridade de docentes e discentes com as ferramentas, espaços adequados para o estudo devem ser considerados. Não se menospreza, aqui, a importância e a capacidade/potencialidade da educação a distância. No entanto, é necessário entender que gravação caseira de vídeo aula, leitura de texto com listas de exercícios representam uma “gambiarra apressada” diante de todo potencial que o EaD tem. Acredita-se, sim, que as tecnologias da informação e comunicação podem ser instrumento para melhoria das práticas pedagógicas, porém, não é de uma forma apressada, irrefletida e pressionada por uma situação de crise que isso irá acontecer²³.

Outro ponto que deve ser levado em conta é que os Institutos Federais não foram criados apenas para a oferta de ensino. O ensino é um aspecto da tríade ensino, pesquisa e extensão, que devem ser integrados dentro da política de trabalho da Rede Federal. Em momentos particulares como o atual, as soluções para a crise não devem ser vistas

²² O artigo de Cássio; Ximenes (2020) afirma que tal fenômeno foi mais comum nas universidades privadas, motivada pela justificativa de cobrança das mensalidades. Nas instituições federais, por conta dos processos mais burocráticos, democráticos e descentralizados (com a necessidade de consulta e aprovação de conselhos e comissões) a adesão a educação a distância não acontece com a mesma velocidade das instituições privadas. Esta reflexão corrobora com os dados dos Institutos Federais coletados na plataforma do coronavírus no site do Ministério da Educação e que foram apresentados neste trabalho.

²³ Não é interesse desta pesquisa associar, de modo apressado e irresponsável, a educação a distância a uma prática conteudista e a educação presencial a uma forma humanizada de ensino. Sabe-se que nas duas modalidades (presencial e remota) a educação oferecida pode ser conteudista ou humanizada. O que se questiona aqui é a substituição apressada e sem planejamento de uma modalidade por outra e os efeitos perversos que podem vir desta prática.

como um mecanismo reducionista de todas as ações praticadas pelos Institutos. A saída, aqui, seria a de aproveitar o momento para se aprofundar o entendimento de toda potencialidade da estrutura federal para que a integração entre ensino, pesquisa e extensão possa se desenvolver cada vez mais em articulação com os arranjos produtivos locais das cidades onde os *campi* estão instalados, fornecendo alternativas viáveis para a superação da crise e para o retorno à vida no período posterior ao isolamento social.

Teme-se, também, pelo risco eminente de que a particularidade deste momento de crise possa servir como pretexto para a precarização, a flexibilização e o desmonte da educação pública federal²⁴. Tais ameaças já vinham sendo feitas e muitos movimentos organizados neste sentido. Assim, num momento crítico como o atual, tudo que estava sendo gestado pode ganhar espaço para ser implementado. A história da frágil e recente democracia brasileira sempre esteve atrelada ao poder de grupos capitalistas, frações burguesas que sempre estiveram organizados em torno de seus interesses (CASIMIRO, 2018). A privatização, a lógica gerencial, a organização da educação a partir de princípios do capitalismo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2006), e a flexibilização das relações educacionais (LAVAL, 2004) podem encontrar um terreno fértil em meio ao voluntarismo desorganizado e desinstitucionalizado da implementação de aulas remotas durante a crise. O processo de precarização, uberização, desvalorização, flexibilização e trabalho intermitente que já assola grandes categorias profissionais no país e que é privilegiada por mecanismos digitais (ANTUNES, 2018) pode chegar com toda força ao trabalho docente.

Diante de tantas ameaças e de um cenário tão atípico, a célebre frase de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista nunca foi tão atual: “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). Toda a sociedade burguesa, todos os mecanismos de exploração, acumulação e apropriação passam por um período de dissolução e acentuam, ainda mais, a crise. Diante da ameaça de desintegração de tudo – inclusive do nosso modo de vida – novas propostas e saídas precisam ser apresentadas. É preciso reinventar um novo modo de vida.

É interessante perceber que, no momento em que todas as, até então, sólidas práticas gerenciais, neoliberais, empresariais e individualistas se derretem, o que permanece é o

²⁴ A busca de novas formas de educação a distância em substituição às aulas presenciais pode ser o “ovo da serpente” em um momento de crise.

esforço daquilo que o neoliberalismo tanto ameaça: instituições públicas de ensino/pesquisa, hospitais do sistema público e mecanismos de seguridade e assistência social. Em outras palavras, pode-se perceber que no momento em que as relações mercadológicas caem, um novo modo de vida focado na dimensão pública e social sustenta nossas relações sociais e até mantém nossa sobrevivência.

Este novo modo de vida deve passar, obrigatoriamente, pelo exame crítico das teorias pedagógicas e práticas educacionais. A classe trabalhadora, ainda que fragmentada (MATTOS, 2019; BRAGA, 2018) precisa assumir o papel de repensar formas de vida, de educação, de consumo, de produção. Ainda que o movimento sindical esteja fragmentado e disperso (BRAGA, 2018), ainda que os movimentos sociais tenham perdido um pouco de sua força e representatividade, é hora de apontar para a realizável utopia de uma outra sociedade possível. E como já foi dito, tal sociedade precisará trazer uma educação comprometida com o ser humano, não fragmentada, não alienante, encarnada na história e no contexto social, que não seja conteudista nem reprodutivista, mas que busque formar o homem a partir de todas as suas dimensões. É hora de denunciar todos os ataques ao orçamento público que comprometeram e sucatearam serviços básicos como educação, pesquisa, saúde, seguridade social. É hora de lutar pela construção de um novo consenso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. **Como o ensino a distância pode agravar as desigualdades agora**. Nexo Jornal, abril/2020. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-distancia-pode-agravar-as-desigualdades-agora>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CÁSSIO, Fernando; XIMENES, Salomão. **Coronavírus e a “volta às aulas”.** Le Monde Diplomatique Brasil, abril/2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/coronavirus-e-a-volta-as-aulas/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 8ª ed. Brasília: Brasiliense, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e construção da democracia no Brasil. Da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 53 – 69.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado:** concepções e contradições. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FURTADO, Celso. **Brasil:** a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2018.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MALTHUS, Thomas Robert. Essay on the Principle of Population. Vol. 2. Nova York, 1961, p. 179-80. In: HUNT & SHERMAN. **História do pensamento econômico.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã Editora, 2003.

PICHONELLI, Matheus. *Homeschooling* e a domesticação do aluno. IN: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 99 - 106.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação a Distância: tensões entre expansão e qualidade. IN: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 53 - 58.

XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando. **Future-se?:** impasses e perigos à educação superior pública brasileira. Santo André: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.



WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.